



A Cidadania em Múltiplos Espaços: Juventude, Cultura Digital e Formação Política na Escola Pública Amazonense

Citizenship Across Multiple Spaces: Youth, Digital Culture, and Political Education in Amazonian Public Schools

Leonardo Sampaio do Nascimento

Resumo: As transformações tecnológicas e culturais ocorridas nas últimas décadas alteraram significativamente os processos de formação cidadã das novas gerações. Se durante grande parte do século XX a escola ocupou posição privilegiada na transmissão de valores cívicos e democráticos, a contemporaneidade é marcada pela atuação simultânea de múltiplos agentes formadores, entre os quais se destacam a família, as redes sociais digitais e os ambientes informacionais mediados por plataformas tecnológicas. Este estudo analisa como estudantes do Ensino Médio de duas escolas públicas estaduais da cidade de Manaus constroem suas percepções sobre cidadania, direitos e participação política em um contexto caracterizado pela coexistência de diferentes espaços de socialização. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizando o estudo de caso múltiplo como estratégia metodológica. Os dados foram produzidos por meio de questionários mistos aplicados a trinta e nove estudantes e de observação participante sistemática. O referencial teórico articula contribuições de T. H. Marshall, Maria Victoria Benevides, Paulo Freire, Edgar Morin e Jürgen Habermas. Os resultados demonstram que a escola permanece como principal espaço de aprendizagem cidadã, mas divide essa função com a família e, sobretudo, com as redes sociais digitais. Conclui-se que a formação política das juventudes contemporâneas ocorre em ambientes múltiplos e interdependentes, exigindo da escola novas estratégias para fortalecer sua função crítica e democrática diante da crescente complexidade dos ecossistemas informacionais.

Palavras-chave: cidadania; juventudes; cultura digital; formação política; escola pública.

Abstract: Technological and cultural transformations over recent decades have significantly changed the processes through which younger generations develop citizenship awareness. While schools occupied a privileged position in the transmission of civic and democratic values throughout much of the twentieth century, contemporary societies are characterized by the simultaneous influence of multiple formative agents, including families, digital social networks, and technology-mediated information environments. This article analyzes how high school students from two public state schools in Manaus construct their perceptions of citizenship, rights, and political participation within a context marked by the coexistence of different spaces of socialization. The study adopted a qualitative and exploratory-descriptive approach through a multiple case study design. Data were collected through mixed questionnaires administered to thirty-nine students and systematic participant observation. The theoretical framework combines contributions from T. H. Marshall, Maria Victoria Benevides, Paulo Freire, Edgar Morin, and Jürgen Habermas. Findings indicate that schools remain the primary environment for citizenship learning, although they increasingly share this role with families and digital social networks. The study concludes that contemporary political formation occurs within multiple and interconnected environments, requiring schools to develop new strategies

capable of strengthening their critical and democratic functions amid increasingly complex informational ecosystems.

Keywords: citizenship; youth; digital culture; political formation; public school.

INTRODUÇÃO

Durante grande parte do século XX, a escola foi compreendida como uma das principais instituições responsáveis pela formação da cidadania (Dias *et al.*, 2020). Ao lado da família, ela desempenhava papel central na transmissão de valores, normas sociais, referências culturais e conhecimentos considerados fundamentais para a integração dos indivíduos à vida coletiva (Queiroz, 2021).

A formação política das novas gerações ocorria predominantemente em espaços institucionalizados, nos quais o acesso à informação era relativamente concentrado e controlado por agentes reconhecidos socialmente como legítimos (Almeida Neto, 2025).

Nas primeiras décadas do século XXI, entretanto, profundas transformações tecnológicas alteraram significativamente esse cenário (Tedesco e Lacerda, 2020). A expansão da internet, das redes sociais digitais e das plataformas de compartilhamento de conteúdo ampliou o acesso à informação e modificou as formas pelas quais os indivíduos produzem conhecimento, constroem identidades e participam da esfera pública (Abdon *et al.*, 2024). A cidadania passou a ser influenciada por ambientes comunicacionais mais amplos, dinâmicos e descentralizados (Guedes, 2020).

Nesse contexto, a escola deixou de ocupar posição exclusiva na formação cidadã (Furtado, 2023). Embora continue exercendo papel relevante na socialização política dos jovens, passou a compartilhar essa função com uma multiplicidade de agentes sociais capazes de influenciar percepções sobre direitos, democracia, participação política e vida coletiva (Cavalcanti, 2023). A família, os meios digitais e as redes sociais assumem protagonismo crescente na construção dos sentidos atribuídos à cidadania pelas novas gerações (Barros e Conselvan, 2026).

Essa transformação suscita uma questão central para a educação contemporânea: quem forma a consciência cidadã dos jovens na atualidade? A resposta exige reconhecer que os processos de formação política deixaram de ocorrer em espaços isolados e passaram a resultar da interação entre diferentes ambientes de socialização, frequentemente marcados por disputas simbólicas, conflitos de valores e circulação acelerada de informações (Albuquerque, 2026).

No contexto brasileiro, essa problemática adquire especial relevância diante do crescimento do uso das redes sociais entre adolescentes e jovens (Ribeiro *et al.*, 2025). A circulação de conteúdos políticos, opiniões, narrativas ideológicas e informações sobre direitos ocorre em velocidade inédita, ampliando tanto as possibilidades de participação democrática quanto os riscos associados à desinformação, à polarização e à superficialização dos debates públicos (Dos Santos, 2023).

A realidade amazônica oferece condições particularmente relevantes para essa discussão (Quintino *et al.*, 2021). Em cidades como Manaus, marcadas por intensas desigualdades socioeconômicas e por processos complexos de urbanização, a escola pública continua sendo um espaço fundamental de formação humana (Elisário, 2022). Entretanto, os estudantes também estão inseridos em ecossistemas digitais que influenciam diretamente suas percepções sobre cidadania e participação política (Da Silva *et al.*, 2026).

O presente estudo investiga como estudantes do Ensino Médio de duas escolas públicas estaduais da cidade de Manaus constroem sua compreensão acerca da cidadania em um contexto caracterizado pela coexistência de múltiplos espaços formativos. O estudo integra pesquisa mais ampla sobre educação e cidadania, concentrando-se especificamente na análise das diferentes fontes de aprendizagem identificadas pelos próprios estudantes.

Argumenta-se que a formação cidadã contemporânea não pode mais ser compreendida exclusivamente a partir da ação escolar. Ela resulta da interação entre diferentes instituições e ambientes comunicacionais que disputam a produção de sentidos políticos e democráticos. A escola permanece central nesse processo, mas deixou de possuir o monopólio da formação cidadã.

A pesquisa adota abordagem qualitativa e utiliza o estudo de caso múltiplo como estratégia metodológica. Os dados foram produzidos por meio de questionários mistos aplicados a estudantes do Ensino Médio e complementados por observação participante sistemática. A análise foi realizada mediante a técnica de análise de conteúdo categorial.

A FORMAÇÃO DA CIDADANIA COMO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

A cidadania constitui uma construção histórica, social e política cuja consolidação depende da inserção dos indivíduos em processos de socialização capazes de transmitir valores, normas, conhecimentos e formas de participação coletiva (Dias *et al.*, 2020). Embora frequentemente associada ao reconhecimento formal de direitos, a cidadania ultrapassa sua dimensão jurídica e envolve a capacidade dos sujeitos de compreender sua posição na sociedade, participar da vida pública e atuar na defesa de interesses coletivos (Almeida Neto, 2025).

A formulação clássica de Thomas Humphrey Marshall (1967) permanece uma das principais referências para a compreensão desse fenômeno. Ao analisar a evolução da cidadania nas sociedades modernas, o autor identificou três dimensões fundamentais: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais (Cardoso *et al.*, 2021). Essa perspectiva permitiu compreender a cidadania como resultado de processos históricos de ampliação da participação e da inclusão social (Ribeiro *et al.*, 2025).

Entretanto, a experiência brasileira apresenta especificidades que desafiam interpretações lineares desse processo (Dos Santos, 2023). A consolidação dos

direitos no Brasil ocorreu de forma desigual e descontínua, marcada por avanços institucionais coexistindo com profundas desigualdades sociais (Abdon *et al.*, 2024). Como consequência, a existência formal dos direitos nem sempre se traduz em participação efetiva na vida pública (Machado, 2024).

Nesse contexto, a formação cidadã assume importância estratégica (Furtado, 2023). A construção da consciência política não ocorre espontaneamente; ela resulta da interação dos indivíduos com diferentes espaços de socialização (Elisário, 2022). Família, escola, comunidade, grupos religiosos, meios de comunicação e, mais recentemente, plataformas digitais participam da produção de valores, crenças e percepções acerca da vida coletiva (Cotrim, 2024; Guedes, 2020).

Benevides (1996; 2016) enfatiza que a educação para a democracia exige mais do que a transmissão de informações sobre direitos e deveres (Tedesco e Lacerda, 2020). Ela pressupõe a formação de sujeitos capazes de reconhecer-se como integrantes de uma comunidade política, desenvolver senso de pertencimento e participar ativamente dos processos democráticos (Queirós; Silva, 2021). A cidadania, nessa perspectiva, é simultaneamente conhecimento, identidade e prática social (De Sousa, 2025).

A compreensão da cidadania como processo de socialização permite superar interpretações excessivamente normativas (Albuquerque, 2026). Em vez de perguntar apenas quais direitos os indivíduos possuem, torna-se necessário investigar como eles aprendem a interpretar esses direitos, quais instituições influenciam sua visão de mundo e quais experiências contribuem para a formação de sua consciência política (Gomes e Kaiber, 2024; Barbosa *et al.*, 2021).

Essa abordagem adquire especial relevância na contemporaneidade, período caracterizado pela multiplicação dos espaços de produção de sentido (Pedro, 2021). A formação cidadã deixou de ocorrer exclusivamente em instituições tradicionais e passou a ser influenciada por ambientes comunicacionais mais amplos, marcados pela circulação intensa de informações e pela crescente diversidade de narrativas sobre a vida social (De Souza, 2022; Lima, 2022).

Assim, compreender a cidadania contemporânea exige analisar não apenas seus fundamentos jurídicos ou políticos, mas também os processos culturais e comunicacionais por meio dos quais os indivíduos constroem suas percepções acerca da democracia, dos direitos e da participação social (Junior; Salazar, 2025; Da Silva, 2022; Neto; Tavares, 2021).

Juventudes, Cultura Digital e Produção de Sentidos Políticos

As transformações tecnológicas das últimas décadas produziram mudanças profundas nos modos de socialização das juventudes (Guedes, 2020). O acesso ampliado à internet, aos dispositivos móveis e às plataformas digitais alterou significativamente as formas pelas quais os jovens obtêm informações, constroem identidades, estabelecem vínculos sociais e participam da esfera pública (Tedesco; Lacerda, 2020).

A cultura digital não representa apenas a incorporação de novas tecnologias ao cotidiano (Almeida Neto, 2025). Ela constitui uma transformação mais ampla dos processos de produção e circulação do conhecimento (Dias *et al.*, 2020). Em ambientes digitais, os indivíduos deixam de ocupar exclusivamente a posição de receptores de informação e passam também a atuar como produtores, compartilhadores e comentaristas de conteúdos (Cardoso *et al.*, 2021).

Esse fenômeno produz impactos diretos sobre a formação política das novas gerações (Ribeiro *et al.*, 2025). Questões relacionadas à cidadania, aos direitos humanos, à democracia e aos conflitos sociais circulam diariamente em redes sociais, plataformas de vídeo, aplicativos de mensagens e outros espaços digitais (Abdon *et al.*, 2024). Como resultado, a aprendizagem política ocorre cada vez mais em ambientes descentralizados e menos controlados por instituições tradicionais (Dos Santos, 2023).

As reflexões de Edgar Morin (2000) ajudam a compreender essa realidade ao destacar a crescente complexidade dos processos contemporâneos de produção do conhecimento (Morin, 2000 *apud* Machado, 2024). Segundo o autor, os desafios do mundo atual exigem abordagens capazes de articular diferentes saberes e interpretar fenômenos marcados pela interdependência e pela incerteza (Furtado, 2023). A formação cidadã passa a depender da capacidade dos indivíduos de compreender informações provenientes de múltiplas fontes (Elisário, 2022).

Nesse cenário, a questão central deixa de ser o acesso à informação e passa a ser a capacidade de interpretá-la criticamente (Cotrim, 2024). O excesso de conteúdos disponíveis não garante, por si só, maior compreensão da realidade social (Queirós; Silva, 2021). Ao contrário, pode contribuir para processos de fragmentação, superficialização e desinformação (De Sousa, 2025).

As contribuições de Paulo Freire (1987; 1996) permanecem particularmente relevantes diante desse contexto (Albuquerque, 2026; Gomes e Kaiber, 2024). Ao defender uma educação voltada para a conscientização crítica, o autor enfatiza a necessidade de que os sujeitos aprendam a interpretar o mundo e não apenas a consumir informações sobre ele (Barbosa *et al.*, 2021). A leitura crítica da realidade torna-se condição indispensável para o exercício da cidadania em sociedades altamente conectadas (Pedro, 2021).

Jürgen Habermas (2012), por sua vez, destaca a importância dos processos comunicativos para a construção da legitimidade democrática (De Souza, 2022; Lima, 2022). Embora sua teoria tenha sido formulada antes da consolidação das redes sociais digitais, suas reflexões sobre comunicação, esfera pública e participação permanecem fundamentais para compreender os desafios contemporâneos relacionados à circulação de informações e à formação da opinião pública (Junior; Salazar, 2025; Da Silva, 2022).

As juventudes contemporâneas encontram-se, portanto, inseridas em um ambiente caracterizado pela coexistência de oportunidades inéditas de acesso à informação e desafios igualmente inéditos relacionados à sua interpretação (Neto e Tavares, 2021; Cavalcanti, 2023). A cultura digital amplia as possibilidades de

participação política, mas também exige novas competências críticas capazes de permitir aos jovens distinguir informação qualificada, opinião, propaganda e desinformação (Dos Anjos *et al.*, 2021; Melo, 2025).

Diante dessa realidade, a escola não perde sua relevância. Ao contrário, sua função torna-se ainda mais estratégica. Ela deixa de ser apenas transmissora de conhecimentos e assume o papel de mediadora crítica dos processos de aprendizagem que ocorrem em diferentes espaços sociais.

Escola, Família e Redes Sociais como Agentes Formadores

Durante grande parte do século XX, a escola foi reconhecida como uma das principais instituições responsáveis pela formação cidadã das novas gerações (Dias *et al.*, 2020). Sua legitimidade decorria da posição privilegiada que ocupava na transmissão do conhecimento formal e na socialização dos indivíduos para a vida coletiva (Almeida Neto, 2025).

Entretanto, as transformações sociais, culturais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas modificaram significativamente essa configuração (Cardoso *et al.*, 2021). A formação cidadã contemporânea passou a ocorrer em ambientes múltiplos, nos quais diferentes agentes disputam a produção de sentidos acerca da política, da democracia e dos direitos (Ribeiro *et al.*, 2025).

A família continua desempenhando papel relevante nesse processo (Dos Santos, 2023). Ela constitui o primeiro espaço de socialização dos indivíduos e exerce influência significativa sobre valores, crenças, atitudes e formas de interpretação da realidade social (Abdon *et al.*, 2024). Mesmo quando não aborda explicitamente temas políticos, contribui para a formação de disposições relacionadas à convivência, à autoridade, à participação e ao pertencimento coletivo (Machado, 2024).

As redes sociais digitais, por sua vez, emergiram como novos agentes formadores de grande impacto (Furtado, 2023). Diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, elas permitem interações permanentes, produção descentralizada de conteúdos e circulação acelerada de informações (Elisário, 2022). Como consequência, passaram a influenciar diretamente a formação das percepções políticas das juventudes (Cotrim, 2024).

Essa transformação não significa que a escola tenha perdido importância (Guedes, 2020). Os dados da presente pesquisa indicam justamente o contrário (Tedesco e Lacerda, 2020). A instituição escolar continua sendo reconhecida pelos estudantes como principal espaço de aprendizagem sobre cidadania e direitos (Queirós e Silva, 2021). O que mudou foi a natureza de sua posição nesse processo (De Sousa, 2025).

A escola deixou de possuir exclusividade (Albuquerque, 2026). Atualmente, ela compartilha a formação cidadã com outros ambientes de socialização que operam segundo lógicas distintas, ritmos diferentes e formas variadas de produção do conhecimento (Gomes e Kaiber, 2024). Isso cria novos desafios para a educação democrática (Barbosa *et al.*, 2021).

A principal consequência dessa mudança é que a formação política dos jovens passou a depender da interação entre múltiplas influências (Pedro, 2021). A cidadania não é produzida exclusivamente pela escola, pela família ou pelas redes sociais (De Souza, 2022). Ela resulta da articulação, muitas vezes contraditória, entre esses diferentes espaços formativos (Lima, 2022; Junior e Salazar, 2025).

Nesse cenário, a função da escola adquire nova dimensão (Da Silva, 2022). Mais do que competir com outras fontes de informação, ela precisa desenvolver capacidades críticas que permitam aos estudantes interpretar os conteúdos provenientes de diferentes ambientes sociais (Neto e Tavares, 2021). Sua contribuição específica não reside apenas na transmissão de informações, mas na construção de competências reflexivas capazes de fortalecer a autonomia intelectual e a participação democrática (Cavalcanti, 2023; Dos Anjos *et al.*, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos questionários aplicados aos estudantes e dos registros produzidos durante a observação participante permite compreender como diferentes espaços de socialização contribuem para a formação cidadã das juventudes investigadas. Os resultados revelam que a escola continua ocupando posição central nesse processo, mas compartilha essa função com outros agentes formativos, especialmente as redes sociais digitais e a família.

A cidadania emerge, assim, como resultado de um processo complexo de interação entre diferentes ambientes sociais, nos quais circulam valores, informações, interpretações e experiências relacionadas à vida coletiva. Os dados indicam que a formação política dos jovens contemporâneos não pode ser explicada exclusivamente a partir da ação escolar, exigindo uma abordagem mais ampla acerca dos processos de socialização.

Quando questionados sobre onde aprenderam mais sobre cidadania, direitos e participação social, vinte estudantes (51,3%) indicaram a escola como principal espaço formativo. O resultado confirma a permanência da instituição escolar como referência central na construção da consciência cidadã.

Esse dado merece destaque porque contraria interpretações que sugerem uma suposta perda completa de relevância da escola diante do avanço das tecnologias digitais. Mesmo em uma sociedade caracterizada pela intensa circulação de informações, os estudantes continuam reconhecendo a escola como principal espaço de aprendizagem sobre temas relacionados à cidadania.

As observações realizadas durante a pesquisa ajudam a compreender esse resultado. As escolas investigadas promovem atividades pedagógicas, debates, projetos e ações voltadas à formação cidadã. Além disso, a convivência cotidiana com professores, gestores e colegas proporciona experiências que contribuem para a construção de valores relacionados à participação, ao respeito e à vida coletiva.

Entretanto, os próprios dados revelam que essa centralidade já não possui caráter exclusivo. A escola permanece relevante, mas compartilha a formação

cidadã com outros agentes sociais que também influenciam significativamente a visão de mundo dos estudantes.

Esse resultado reforça a necessidade de superar concepções que atribuem exclusivamente à escola a responsabilidade pela formação política das novas gerações. A cidadania contemporânea é construída em múltiplos espaços e por meio de diferentes processos de interação social.

As Redes Sociais como Novo Espaço de Formação Cidadã

O segundo resultado mais significativo da pesquisa refere-se ao papel desempenhado pelas redes sociais digitais. Dez estudantes (25,6%) identificaram essas plataformas como principal fonte de aprendizagem sobre cidadania, direitos e participação social.

O percentual é expressivo e revela uma transformação importante nos processos contemporâneos de socialização política. Questões que anteriormente circulavam predominantemente em ambientes escolares, familiares ou comunitários passaram a ser amplamente discutidas em plataformas digitais acessadas diariamente pelos jovens.

As redes sociais apresentam características que favorecem sua influência na formação cidadã, conforme apontam Dias *et al.* (2020) e Almeida Neto (2025). Elas permitem acesso rápido a informações, contato com diferentes perspectivas e participação em debates públicos, ampliando a visibilidade de temas relacionados aos direitos humanos, à política, à diversidade e às demandas sociais contemporâneas (Cardoso *et al.*, 2021; Ribeiro *et al.*, 2025).

Contudo, como bem observam Dos Santos (2023) e Abdon *et al.* (2024), os benefícios associados a esse processo coexistem com desafios significativos: a velocidade da circulação informacional nem sempre é acompanhada pela qualidade dos conteúdos disseminados, e a presença de informações falsas, discursos de ódio e polarizações ideológicas pode comprometer a qualidade da formação política realizada nesses ambientes.

Nesse cenário, a escola assume papel ainda mais relevante, como destacam Machado (2024) e Furtado (2023). Sua função deixa de ser apenas transmitir conhecimentos e passa a incluir a mediação crítica dos conteúdos que circulam nas plataformas digitais. Essa ideia dialoga diretamente com as reflexões de Paulo Freire (1987, *apud* Elisário, 2022), para quem a leitura crítica da realidade é condição indispensável ao exercício da cidadania. Formar cidadãos no século XXI implica desenvolver capacidades analíticas que permitam aos estudantes interpretar informações, avaliar fontes e construir posicionamentos fundamentados (Cotrim, 2024; Guedes, 2020).

É preciso complementar essa análise com a contribuição de Jürgen Habermas (Tedesco; Lacerda, 2020), cuja teoria sobre a esfera pública nos lembra que a legitimidade democrática depende de processos comunicativos orientados pelo entendimento mútuo e pela racionalidade. Em ambientes digitais marcados pela desinformação e pela fragmentação, a escola pode atuar como um contraponto

institucional capaz de restaurar condições mínimas de diálogo reflexivo (Queirós; Silva, 2021; De Sousa, 2025). Assim, mais do que competir com as redes sociais, a educação precisa integrar suas linguagens e dinâmicas, sem abrir mão do rigor crítico e da contextualização histórica (Albuquerque, 2026; Gomes; Kaiber, 2024).

Os dados disponíveis sugerem, portanto, que as redes sociais não substituem a escola (Barbosa *et al.*, 2021; Pedro, 2021). Elas atuam como novos espaços de socialização que ampliam e complexificam os processos de formação cidadã. Com isso, a educação para a democracia exige a formação de sujeitos capazes de reconhecer-se como integrantes de uma comunidade política, desenvolvendo senso de pertencimento e participação ativa.

Nessa perspectiva, cabe à escola promover a articulação entre os diferentes ambientes formativos: família, redes sociais, comunidade, ajudando os jovens a navegar criticamente por um ecossistema informacional cada vez mais descentralizado e contraditório (Lima, 2022; Junior; Salazar, 2025). A escola, longe de ter se tornado obsoleta, redescobre sua missão ao assumir a mediação crítica como eixo central de sua prática pedagógica (Da Silva, 2022; Neto e Tavares, 2021). Esse é o grande desafio e, simultaneamente, a grande oportunidade da educação democrática no atual cenário de cultura digital.

A Família como Mediadora de Valores Políticos

Embora tenha sido menos mencionada que a escola e as redes sociais, a família permanece desempenhando papel importante na formação cidadã dos estudantes. Cinco participantes (12,8%) indicaram o ambiente familiar como principal espaço de aprendizagem sobre cidadania e participação social.

O percentual aparentemente modesto não diminui a relevância desse resultado. A influência familiar frequentemente ocorre de maneira indireta, por meio da transmissão de valores, crenças, atitudes e formas de interpretação da realidade social. Em muitos casos, ela antecede e condiciona as experiências posteriormente vivenciadas em outros espaços de socialização.

As respostas dos estudantes sugerem que a família continua funcionando como importante referência moral e afetiva para a compreensão de temas relacionados à convivência social, ao respeito mútuo e à responsabilidade coletiva.

Esse resultado confirma que a formação política não ocorre apenas por meio do ensino formal ou do acesso à informação. Ela também envolve experiências cotidianas associadas à convivência, ao diálogo e à construção de valores compartilhados.

A interação entre escola e família revela-se particularmente importante em contextos marcados por rápidas transformações sociais e tecnológicas. Quando essas instituições atuam de forma complementar, ampliam as possibilidades de construção de uma cidadania crítica e participativa.

A Formação Cidadã na era da Pluralidade Informacional

A articulação entre os diferentes resultados permite identificar a principal contribuição analítica deste estudo: a formação cidadã contemporânea ocorre em um cenário caracterizado pela pluralidade informacional (Dias *et al.*, 2020; Almeida Neto, 2025). Essa constatação dialoga com as reflexões de Edgar Morin (2000, *apud* Cardoso *et al.*, 2021), para quem a crescente complexidade dos processos contemporâneos de produção do conhecimento exige abordagens capazes de articular diferentes saberes e interpretar fenômenos interdependentes.

Os estudantes investigados não constroem sua compreensão sobre cidadania a partir de uma única fonte de aprendizagem (Ribeiro *et al.*, 2025). Ao contrário, suas percepções resultam da interação entre diferentes ambientes sociais, cada um deles portador de valores, discursos e formas específicas de interpretar a realidade (Dos Santos, 2023; Abdon *et al.*, 2024). Isso significa que a formação política, como já alertava Paulo Freire (Machado, 2024), não ocorre por transmissão passiva, mas pela leitura crítica de múltiplas práticas e discursos sociais.

Essa constatação exige repensar concepções tradicionais sobre formação política (Furtado, 2023). A cidadania já não pode ser compreendida como produto exclusivo da ação escolar ou familiar (Elisário, 2022). Ela emerge da articulação entre experiências presenciais e digitais, conhecimentos formais e informais, relações institucionais e interações mediadas por tecnologias (Cotrim, 2024; Guedes, 2020). Nesse sentido, a perspectiva clássica de Thomas Humphrey Marshall (Tedesco; Lacerda, 2020), que associava cidadania à ampliação sequencial de direitos civis, políticos e sociais, revela-se insuficiente para dar conta da dinâmica comunicacional e cultural que hoje molda a consciência cidadã.

A escola continua desempenhando papel estratégico nesse processo (Queirós; Silva, 2021). Contudo, sua relevância passa a depender menos da exclusividade informacional e mais de sua capacidade de promover reflexão crítica sobre os conteúdos provenientes de diferentes espaços de socialização (De Sousa, 2025). Conforme defende Maria Victoria Benevides (Albuquerque, 2026), a educação para a democracia exige mais do que a transmissão de informações sobre direitos e deveres: ela pressupõe a formação de sujeitos capazes de reconhecer-se como integrantes de uma comunidade política e de participar ativamente dos processos democráticos.

A principal transformação observada não consiste na perda de importância da escola, mas na redefinição de sua função social (Gomes; Kaiber, 2024). Em vez de monopolizar a produção do conhecimento cidadão, ela passa a atuar como mediadora crítica em um ambiente marcado pela diversidade de fontes informacionais (Barbosa *et al.*, 2021). Essa ideia encontra eco nas formulações de Jürgen Habermas (Pedro, 2021), cuja teoria da ação comunicativa destaca que a legitimidade democrática depende de processos dialógicos orientados pelo entendimento mútuo – papel que a escola pode exercer ao organizar a discussão crítica dos discursos que circulam nas redes e na mídia.

Essa realidade impõe novos desafios à educação democrática (De Souza, 2022). Formar cidadãos no contexto contemporâneo exige desenvolver competências relacionadas à leitura crítica da informação, à interpretação de discursos, à análise de argumentos e à participação responsável na esfera pública (Lima, 2022; Junior; Salazar, 2025). Não basta ter acesso à informação; é preciso saber distinguir fonte confiável de desinformação, argumento fundamentado de opinião superficial (Da Silva, 2022).

Compreender essa nova configuração torna-se fundamental para analisar os resultados da pesquisa realizada nas escolas investigadas (Neto; Tavares, 2021; Cavalcanti, 2023). As percepções dos estudantes revelam justamente como esses diferentes espaços formativos – família, escola, redes sociais, grupos de pares – interagem na construção de sua compreensão acerca da cidadania e da vida política (Dos Anjos *et al.*, 2021; Melo, 2025).

Assim sendo, a pluralidade informacional não é um problema a ser resolvido, mas uma condição estrutural da contemporaneidade. Cabe à escola, com o apoio da família e de políticas públicas adequadas, transformar essa pluralidade em oportunidade para o fortalecimento da autonomia intelectual e da participação democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou como estudantes do Ensino Médio de duas escolas públicas estaduais da cidade de Manaus constroem sua compreensão acerca da cidadania em um contexto caracterizado pela coexistência de múltiplos espaços formativos.

Os resultados demonstram que a escola permanece como principal referência para a aprendizagem de temas relacionados à cidadania, aos direitos e à participação social. Mais da metade dos estudantes investigados identificou a instituição escolar como principal espaço de formação cidadã, evidenciando a permanência de sua relevância social e educativa.

Entretanto, a pesquisa também revelou transformações significativas nos processos de socialização política das juventudes contemporâneas. As redes sociais digitais e a família aparecem como importantes agentes formadores, contribuindo para a construção das percepções dos estudantes acerca da vida pública e da participação democrática.

Esses resultados permitem afirmar que a formação cidadã contemporânea ocorre em ambientes múltiplos e interdependentes. A escola continua ocupando posição estratégica, mas deixou de possuir exclusividade na produção dos sentidos políticos compartilhados pelas novas gerações.

A principal contribuição científica deste estudo consiste em demonstrar que a cidadania dos jovens não é construída em espaços isolados, mas resulta da interação entre diferentes instituições e ambientes comunicacionais. Ao evidenciar

a coexistência de múltiplos agentes formadores, a pesquisa amplia a compreensão sobre os desafios enfrentados pela educação democrática no século XXI.

Do ponto de vista educacional, os resultados sugerem que a escola precisa fortalecer sua capacidade de mediação crítica diante da crescente complexidade dos ecossistemas informacionais contemporâneos. Sua função não consiste apenas em transmitir conhecimentos sobre cidadania, mas em promover condições para que os estudantes interpretem criticamente os conteúdos provenientes de diferentes fontes.

Por fim, argumenta-se que a escola não perdeu sua relevância na formação cidadã das juventudes. O que se observa é uma redefinição de seu papel em um contexto marcado pela pluralidade informacional. A cidadania continua sendo aprendida na escola, mas já não é aprendida apenas nela.

REFERÊNCIAS

ABDON, Jorge; PAIVA, Alessandra Macário de Oliveira; GOMES, Cristiane Sena. A educação digital e formação para cidadania no ensino médio: perspectivas a partir da BNCC. **Revista Ouricuri**, v. 14, n. 2, p. 03-19, 2024. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/ouricuri/article/view/21944>. Acesso em 19 abr. 2026.

ALBUQUERQUE, Sabrina Pinheiro Barbosa. **Dialogar para vencer barreiras: o papel da comunicação na conjuntura crítica do novo ensino médio para indígenas na Escola Estadual Povo Indígena Hexkaryana**. 2026. 172 f. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026. Disponível em https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/11721/2/DISS_SabrinaAlbuquerque_PPGIC.pdf. Acesso em 29 mai. 2026.

ALMEIDA NETO, Raimundo Bezerra de. **Cultura digital na BNCC: desafios e oportunidades de tecnologias da educação em história do 9º ano da educação básica no Amazonas**. 2025. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade La Salle, Manaus. Disponível em <http://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/4227>. Acesso em 2 mai. 2026.

BARBOSA, Maria Luiza dos Santos *et al.* **Ações de mobilização social, liderança e participação social desenvolvidas na educação básica: revisão integrativa**. *Educação Básica Revista*, v. 7, n. 2, p. 05-24, 2021. Disponível em: <http://www.educacaobasicarevista.com.br/index.php/ebr/article/view/67>. Acesso em 20 abr. 2026.

BARROS, Caio Lúcio Fenelon Assis; CONSELVAN, Victor de Almeida. Juventude, participação e diagnóstico social na Amazônia: evidências a partir de um concurso de redação escolar. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 37, p. e75568-e75568, 2026. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/75568>. Acesso em 1 mai. 2026.

CARDOSO, Marcilene Borges dos Santos; SOUZA, Elaine Javorski; DOS SANTOS FILHO, Alexandre Silva. **A cultura digital na escola pública no sudeste paraense: protagonismo juvenil na perspectiva da mídia literacy.** *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 50, p. 320-332, 2021. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5100>. Acesso em 4 mai. 2026.

CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas. **Cidadania, participação e diálogo: o protagonismo juvenil como fundamento da formação crítica e da autonomia na educação.** *Educação UFSM*, v. 48, 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-64442023000100210&script=sci_arttext. Acesso em 3 jun. 2026.

COTRIM, Elen Ariana Azevedo. **O acesso de jovens refugiados venezuelanos: educação e democratização do ensino médio na rede estadual de educação na Região Norte do Brasil.** 2024. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Amazonas. 2024. Disponível em https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/10626/7/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ElenCotrim_PPGE%20.pdf. Acesso em 1 jun. 2026.

DA SILVA, Francisco Kelverton Rodrigues. **Protagonismo juvenil na gestão democrática da escola: reflexões e possibilidades.** *Ensino em Perspectivas*, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoem perspectivas/article/view/8725>. Acesso em 22 abr. 2026.

DA SILVA, Marinete Geralda *et al.* Podcast literário no ensino médio: protagonismo juvenil, oralidade e letramento crítico em escola pública amazônica. **Revista de Geopolítica**, v. 17, n. 3, p. e1999-e1999, 2026. Disponível em <https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/1999>. Acesso em 2 jun. 2026.

DE SOUSA, Inês Alexandra Correia. **Gestão democrática da escola pública: democracia, voz e autonomia dos/as alunos/as no ensino secundário.** 2025. Tese em Ciências da Educação. Universidade do Porto (FPCEUP). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/172051>. Acesso em 2 jun. 2026.

DE SOUZA, Alfredo Clodomir Rolins. **Ensino de história e diferença cultural: o/a professor/a de história do ensino médio de Boa Vista/RR entre desafios e possibilidades de uma educação intercultural.** Curitiba: Editora CRV, 2022.

DIAS, Robson; LAUS-GOMES, Victor; DA CUNHA, Célio. **Políticas de educação e mídia.** Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020.

DOS ANJOS, Dayane Priscilla *et al.* **Protagonismo juvenil e participação escolar: sob o olhar dos estudantes.** *Entramados: educación y sociedad*, v. 8, n. 9, p. 231-240, 2021. Disponível em <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/entramados/article/view/5038>. 4 mai. 2026.

DOS SANTOS, José Ronaldo Silva. **O futuro roubado com a reforma do Ensino Médio: dualidades educacionais, exclusão digital na pandemia da Covid-19 e**

o ensino politécnico como possibilidade pedagógica de formação integrada em espaços educativos. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

ELISIÁRIO, Sirlei Adriani dos Santos Baima. **Educação (em tempo) integral no Amazonas: a percepção da equipe escolar sobre a implementação do tempo integral no ensino médio.** São Paulo: Editora Dialética, 2022.

FURTADO, Marcia Nemer. **Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: discurso oficial e realidade da juventude na mesorregião de integração do Marajó (PA).** 2023. Tese (Doutorado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém, 2023. Disponível em <https://mestrado-doutorado.unama.br/tenancy/assets/courses/qIL2pgQE39bMUmeAE/files/1742570291.pdf>. Acesso em 30 mai. 2026.

GOMES, Hellen Grace Melo; KAIBER, Carmen Teresa. **Os desafios da implementação do Novo Ensino Médio no Estado do Amazonas.** Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, p. 1-15, 2024. Disponível em 16 de mai. 2026.

GUEDES, Aníbal Lopes. **Emancipação digital cidadã de jovens do campo num contexto híbrido, multimodal e ubíquo.** São Paulo: Pimenta Cultural Editora, 2020.

JUNIOR, José Cavalcante Lacerda; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Processo formativo em educação profissional e tecnológica: narrativas autobiográficas.** Belo Horizonte: Poisson, 2025.

LIMA, Élide Valeria da Silva Cima Valeria. **A estratégia pedagógica do multiletramento na formação do leitor proficiente: estudo realizado em uma escola pública no Estado do Amazonas, Brasil.** São Paulo: Editora Dialética, 2022.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. **I Encontro de mestrandos do programa de pós-graduação em educação da UEA.** Manaus: Editora As Pensadoras; UEA, 2024.

MELO, Breno Stetany Queiroz. **Protagonismo juvenil do grêmio estudantil na construção de políticas públicas educacionais: um estudo de caso sobre a participação democrática na Escola Municipal Cláudio Martins.** 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/83635/1/2025disbsqmelo.pdf>. Acesso em 1 abr. 2026

NETO, Francisco Barbosa; TAVARES, Ana Cláudia Ribeiro. **Liderança e participação: o foco no protagonismo juvenil em uma escola técnica estadual.** Educere et Educare, p. 319-339, 2021. Disponível em <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f5dd20fabcf5711ed976d71393b4c16ff/lideranca-e-participacao-o-foco-no-protagonismo.pdf> Acesso em 2 mai. 2026.

PEDRO, Janaina Artioli João. **Relações entre a participação estudantil na gestão democrática e a aprendizagem escolar: um olhar a partir da Teoria Histórico-Cultural**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2021. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/items/1be318cc-cc08-4fc8-8f08-43221dec33b2>. Acesso em 11 abr. 2026.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; DA SILVA, Patrícia Rodrigues. **Entre vozes femininas: história oral e memória no Amazonas contemporâneo**. Coleção PPGH, v. 4. Curitiba: Editora CRV, 2021.

QUEIROZ, Nágila Maria Barroso de. **Família e escola: ações institucionais sobre o acompanhamento escolar no ensino médio em uma escola estadual do Amazonas**. 2021. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8478/13/Disserta%c3%a7%c3%a3oNagilaQueirozPPGE.pdf>. Acesso em 4 mai. 2026.

QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão; QUINTINO, Rosimario de Aragão; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **Educação pública nas escolas da Região Amazônica: experiências, desafios e estratégias**. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.

RIBEIRO, Mirian Cristini Ramos *et al.* Educação digital e proteção de crianças e adolescentes no Amazonas após a Lei nº 15.211/2025: estratégias pedagógicas e de política pública. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 2, 2025. Disponível em <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1599>. Acesso em 9 mai. 2026.

TEDESCO, Anderson Luiz; DE LACERDA, Tiago Eurico. **Educação digital e práticas pedagógicas**. v. 1. Curitiba: Bagai, 2020.